

PORTE
PAGO

o tempo

- ☆ Sol
- ★ nublado
- ☔ chuva
- ↻ vento

Céu pou-
co nublado.
Vento fra-
co ou mode-
rado

página um

redacção - administração - rua braamcamp, 52-7º - 52-9º lisboa-1

telefones: 535610 - 534675 - 537971 - 536605

BOTAS da GNR no ALENTEJO

- LOBATA: mantém-se o impasse
- Trabalhadores resistem
- Crédito Agrícola suspenso



Mantém-se o impasse no caso da herdade da Lobata. Após um plenário realizado em Beja, os representantes dos trabalhadores agrícolas avistaram-se com dirigentes do Centro Regional de Reforma Agrária, tendo recebido a resposta de que, embora reconhecendo os erros cometidos, os casos em questão ultrapassavam a sua responsabilidade.

Simultaneamente, o ministro António Barreto informou que estava suspenso o crédito agrícola de emergência, para análise e inventário, «porque estavam a ser cometidas demasiadas irregularidades».

Pág. 16

Ponto

Manuel Alegre, ex-poeta e secretário de estado da Comunicação Social do governo de Soares, numa imagem poético-humorística disse: «É preciso fazer o 25 de Novembro dentro do nosso partido» (nosso quer dizer PS).

Militantes do PS, são suspensos. Militantes do PS só podem ser o que Soares muito bem entende. Figuras tidas como da esquerda do partido, estão afastadas (suspensas). Há quem diga que até ao «congresso» de Janeiro, Soares e seus poéticos serventes vão tirar o pio à chamada ala esquerda. Pluralistas, pluralistas, negócios à parte. Venha o «25 de Novembro» no seio do PS!

A Lobata é uma herdade. Nela trabalham os que sempre o fizeram: os camponeses. Mas eis que os mais agressivos órgãos de Informação da burguesia, com destaque para «A Capital» e seu director (um militante do PS que nunca será suspenso), descobriram que quem trabalha a terra, são os latifundiários. O Palma Cano, afinal é um «pobre» camponês, com oito filhos, uma mulher legalizada na Igreja de Cristo, que uma vez por outra vai ao Casino Estoril, que tem como «hobby» a caça (em coutada). É preciso ter lata!

Palma Inácio, militante do PS (de fresca data) é agora o chefe do gabinete de relações públicas do Ministério do Trabalho. Ao que apurámos, Palma esteve indigitado para fazer parte da administração da TAF. Estamos a vê-lo melhor como «publie relations» do que como administrador, embora não desgostemos de o ver como militante do partido de Soares.

Felizmente (já não) há luar...

Eleições/Autarquias

- Incidentes no Porto
- O Povo votará menos?
- GDUP em 60% do País

Pág. 4

Só agora?

Congelados bens de Jorge Brito

Pág. 3

Comité Russel

CARTA ABERTA

a SOARES

sobre OTELO

Uma Carta Aberta do Comité Russel foi lida no Parlamento Britânico e em duas conferências de Imprensa em Londres e Paris, com a presença do Manuel Salema, advogado de Otel Saraiva de Carvalho.

É um documento político importante, assinado por dezenas de personalidades, donde Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir, André Groz, Jean Paul Vigier (todos franceses), Ghomsky (Estados Unidos) e Medvedev (URSS).

Pág. 3

O "caso" do livro "MASSACRES EM MOÇAMBIQUE"

- dois processos
- autor e editor
na PJM

Pela publicação do livro «Massacres em Moçambique», o jornalista José Amaro e o editor José Antunes foram ouvidos na PJM e contra eles decorrem dois processos.

A meados de Setembro, «Página Um» tinha dado a informação em primeira mão sobre um processo na PJM contra o jornalista José Amaro, autor do livro «Massacres na Guerra Colonial», edições Ulmeiro, e o editor José Antunes.

Efectivamente José Amaro e José Antunes foram na altura ouvidos, sob a alegação de que o livro em questão «revelava segredos essenciais à defesa nacional e põe em perigo a coesão das Forças Armadas». Falar de segredos essenciais da Guerra Colonial, capítulo encerrado da nossa história e para o qual o «25 de Abril» contribuiu decisivamente, é uma forma inquietante que hoje se põe a todos os antifascistas que se bateram contra o regime de Salazar e Caetano e os heróicos combatentes dos Movimentos de Libertação. Inclusive para o próprio Primeiro-Ministro, que no estrangeiro denunciou os massacres da guerra colonial.

Alguns jornais, nomeadamente «A Luta» e «A Capital» desmentiram a existência de tal processo. Afinal são dois os processos.

Anteontem, 30 de Novembro, o jornalista José Amaro e o editor José Antunes foram de novo chamados à PJM, foram ouvidos e convocados de novo para um encontro na PJM com o agente sr. Gonçalves na sala 547, 7.º piso, dia 6 de Dezembro.

José Amaro é réu num processo pela publicação do livro e declarante num segundo por «serviço de documentos».

O livro corre o risco de ser apreendido, o que constituiria a primeira apreensão de edições depois de 25 de Abril.

Processos e factos inquietantes, que não podemos deixar de denunciar.

Autarquias/eições

Campanha eleitoral no Porto começou com incidentes

A campanha para as Autarquias locais iniciou-se no Porto com incidentes cuja responsabilidade poderá ser atribuída ao Governador Civil do Distrito. Ao princípio da tarde de 3.ª feira na passagem subterrânea junto à estação de S. Bento, funcionários da Câmara Municipal do Porto, em fato macaco munidos de instrumentos adequados e protegidos por elementos da FSP, arrancaram e destruíram centenas de cartazes da "Frente Eleitoral Povo Unido" ali colocados por militantes do PCP durante a noite.

A indignação nos transeuntes era notória e algumas escaramuças de palavras ainda aconteceram o que motivou pelo menos uma detenção. A arrogância da PSP veio ao de cima em alguns elementos, o que

justificou áspera denúncia dada da boca de um operário que passava: "Com essa farda, não custa nada ser valente".

Os funcionários da Câmara indiferentes à indignação dos presentes, prosseguiram até ao

fim a sua operação de saneamento das paredes, deixando o piso ainda mais sujo.

Vendo-os tão operacionais nesta intervenção, apesar do fato macaco que envergavam, alguém comentaria: "Quando os homens são transformados em funcionários estão aptos a cumprir todas as ordens, mesmo saídas de um qualquer Hitler ou Mussolini". Ao que uma vendedeira ambulante acrescentaria: "Que quer o senhor? Estão a ganhar a vida deles". Sem dúvida. Só que tiveram de pagar um elevado preço.

O povo vai votar menos?

Foi oficialmente inaugurada, na terça-feira, a campanha eleitoral para as autarquias locais, que encerrará no dia 10. Como estava previsto, as eleições deverão realizar-se no dia 12 de Dezembro, domingo. Um pouco por todo o país, cresce a movimentação partidária, no sentido de levar o eleitorado a depositar o seu voto nesta ou naquela proposta. Propostas que, em certos casos, são-no menos do que anti-propostas.

Enquanto a Secretaria de Estado da Comunicação Social recordava que "não é permitida a utilização da Radiotelevisão Portuguesa e dos meios de radiodifusão na promoção de propaganda eleitoral", os referidos órgãos não ignoravam o acontecimento, despertando o cidadão para o direito-dever de votar. Segundo relembra a

SECS, a legislação respectiva proíbe, desde já e até ao dia 13, a divulgação dos resultados das sondagens ou inquéritos relativos à atitude dos eleitores perante os concorrentes à eleição. Os circuitos que ligarão os Governos Cívicos ao Centro de Escrutínio Provisório, tarefa a cargo dos CTT e dos TLP, estarão, já, em fase final de montagem.

Ao mesmo tempo que se prevê uma baixa de voto, relativamente às eleições anteriores (PR e AR), os 11 partidos e frentes concorrentes aceleram a sua actuação, para 304 concelhos e 3262 freguesias. Parece, em verdade, que o povo, nomeadamente o povo trabalhador vem perdendo interesse por iniciativas como esta. Apenas desinteresse? Desilusão, também? O voto, talvez, o dirá.

Se um governo que se afirma socialista, não é capaz de criar condições que conduzam a uma massiva afluência às urnas, a culpa não será, certamente do eleitorado. O absentismo não se cura com digressões ministeriais e excursões governamentais, mas pela coerência que leva à confiança. Até por isso, o próximo acto eleitoral deve constituir exemplo a estudar. E não apenas porque a Direita está cada dia mais aguerrida, violenta e eficaz. Nem, somente, porque os bombistas vão sendo contemplados com lugares de destaque em romarias comemorativas.

Se o povo não for (tanto) às urnas, que nos dirá, depois, o partido que detém o poder governamental? Falha o tempo, na espera de respostas magistrais. O tempo e a paciência.

Sindicatos do Comércio

Defesa da semana inglesa

Reuniu em Lisboa, com a presença de 13 sindicatos o Plenário da Federação dos Sindicatos do Comércio. Da agenda de trabalhos, constava: «a questão dos horários de abertura, a semana inglesa e a posição a assumir face à decisão do Conselho de Ministros de revogar o artigo 21.º da lei sindical, que incumbe os patrões de proceder à cobrança e remessas aos sindicatos das quotas sindicais.

Num documento aprovado durante a reunião, pode ler-se: «Os trabalhadores do comércio defenderão com êxito a semana inglesa e o descanso ao domingo» e explica a posição dos sindicatos do Comércio, rebatendo alguns argumentos do Governo em relação ao problema. Levanta ainda a questão dos prejuízos para o pequeno e médio comércio caso se avancasse para a abertura ao sábado e ao domingo. Consideram ainda os trabalhadores que a semana inglesa e o descanso ao domingo são conquistas

generalizadas e irreversíveis dos trabalhadores do comércio obtidas através de duras lutas.

Com a finalidade de encontrar uma resposta adequada ao Governo sobre os períodos de abertura e encerramento do comércio geral e a abertura nalguns sectores ao sábado e ao domingo, realizaram-se plenários nas principais cidades do País, com a participação de grande quantidade de trabalhadores do comércio que se pronunciaram sobre o assunto, tendo sido pedidas para

ontem entrevistas com o ministro do Comércio e Turismo.

Quanto à revogação do artigo 21.º da lei sindical, o plenário da Federação dos Sindicatos do Comércio, decidiu enviar ao Presidente da República, um telegrama a pedir a não promulgação da decisão do Conselho de Ministros. Foi feita uma análise da situação de impasse em que se encontra neste momento a Contração Colectiva, e diversas críticas ao Governo, particularmente no campo do trabalho. Os sindicatos aprovaram ainda um telegrama de solidariedade aos trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores, pelo cumprimento da lei da Reforma Agrária e arrendamento rural a enviar aos órgãos do Governo, sindicatos agrícolas e Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte (MARN).

Serviço Nacional de Saúde não é para já

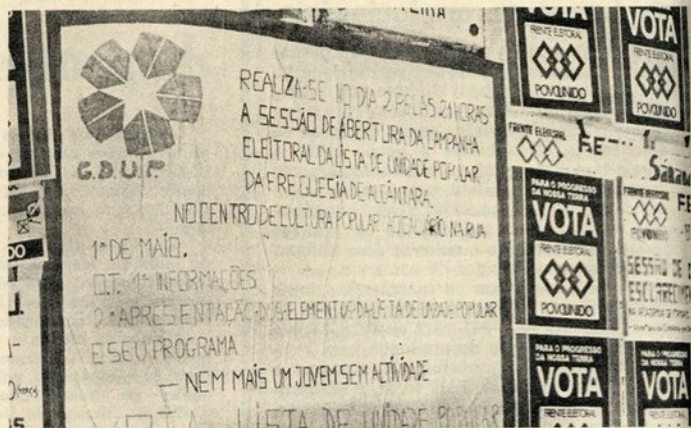
Paulo Mendo, secretário de Estado da Saúde, foi ao Porto. Ali, depois de várias visitas, encontrou-se com os jornalistas. Anunciou, então, que vai ser criado um sistema em que os médicos trabalhem em "full-time", porque "não podem trabalhar duas horas nas Caixas e andarem aos saltos de um para

outro lado". Vamos avançar, disse o doutor Mendo. "Temos que avançar por esquemas avançados de medicina".

Esta viagem ao Norte ficou a dever-se ao Serviço Nacional de Saúde. Segundo o SES, o SNS "não pode aparecer de um momento para o outro, pois é necessário haver uma planifica-

ção". Desconhece-se quanto tempo demorará tal planificação.

Pelo doutor Mendo ficámos a saber, agora, que "está provado à saciedade que o aparelho que temo montado é deficiente e muito mau", e que "a situação tornou-se insustentável e não há ninguém que a defenda".



GDUP em 60% do território

Avançando "na unidade lançada com a campanha presidencial de Otelio Saraiva de Carvalho", reforçando "todas as frentes de luta para a solução dos problemas do povo" e lutando por impedir "a recuperação capitalista e o retorno do fascismo", o Movimento de Unidade Popular - GDUP estará presente, eleitoralmente, em cerca de 60% do país: assembleias de freguesia, assembleias municipais e câmaras municipais.

Este texto recém-divulgado, o MUP-GDUP denuncia as actuais manobras da direita, que se prepara, com apoios diversos, para transformar este combate em mais um triunfo a seu favor. Manobras que há que delatar por terra. Como, através da apresentação de "candidaturas de unidade popular, de candidaturas que agreguem os melhores filhos do povo" e que sejam apoiadas por "todos os elementos progressistas". Nas listas MUP-GDUP "terão lugar todos aqueles que, independentemente de uma filiação partidária, queiram verdadeiramente

combater contra o fascismo e pelo socialismo".

Os candidatos do MUP-GDUP comprometem-se a lutar pela ampla participação democrática do povo trabalhador em todas as decisões que lhe dizem respeito; apoiar activamente as organizações populares de base; agir de acordo com as prioridades definidas colectiva e democraticamente; lutar pela aplicação de uma política popular; lutar pela unidade do povo trabalhador das cidades e dos campos; dinamizar a luta contra o desemprego e pela criação de postos de trabalho; assegurar o bom funcionamento dos serviços públicos; submeter ao controlo popular a elaboração dos orçamentos das autarquias locais; incentivar todas as formas de vigilância popular; opor-se a todas as formas de repressão sobre o povo; exigir ao poder militar que os meios técnicos e logísticos das populações sejam postos ao serviço das populações; pugnar pela atribuição de amplos poderes às autarquias locais.

Há que levar a todo o país a

alternativa popular, afirma o MUP-GDUP. Nunca perder de vista o carácter global e nacional da luta do povo trabalhador. Realizando uma grande campanha política da luta do povo trabalhador.

Realizando uma grande campanha política de massas. Defendendo a democracia dos trabalhadores e a autonomia das suas organizações de classe.

"A campanha eleitoral para as autarquias vai ser um período de luta aberta e acesa. As forças fascistas do PPD e CDS vão procurar ganhar peso e influência, a exemplo do que já fizeram nas ilhas, para obterem maiores concessões do governo de Mário Soares, ao mesmo tempo que se preparam para ocupar postos governamentais. Condições, a direcção do PS ameaça com o perigo fascista, procurando esconder as suas responsabilidades na recuperação capitalista e no avanço da direita".

Face à actual (dramática) situação portuguesa, há que ser claro. O MUP-GDUP está a sê-lo.

PPD e FEPU—manifesto e programa

O PSD/PPD e a FEPU foram os primeiros, abrindo a campanha, a colar maciçamente cartazes em Lisboa e arredores. Foi a Frente Eleitoral Povo Unido, também, quem primeiro apresentou programa e candidatos, numa prova de "eficiência" partidária a que não é estranha, naturalmente, a presença (com o MDP/CDE e a FSP) do Partido Comunista Português. Logo depois, foi a vez do partido de Sá Carneiro, pela voz de Helena Roseta; "que votem e votem bem"; para a arquitecta, a "opção é simples: FEPU ou PSD/PPD. Simplicidade, simplicidade, ou social-democrático domínio das regras do jogo? Esqueceu o partido-governo, a potencial presidente da Câmara

Municipal de Lisboa? Para a FEPU, trata-se de "vencer as forças fascistas do PPD e CDS, fazer avançar o processo revolucionário e impedir o avanço da direita reacçãoária". Também aqui se "esquece" o partido-governo. Gostaríamos de entender o pleonismo "direita reacçãoária... Acha, então, o PCP/FEPU que há uma direita não-reacçãoária? Fala-se do "avanço do processo revolucionário"; onde e qual? Gente de boa fé, esta do Povo Unido... que no Porto, entretanto, afirma "recear que a campanha eleitoral não decorra dentro de um espírito democrático".

Contradição por contradição.

e já que falamos do Porto (o vento do "Norte"): lá, o PPD/PSD vem agora gritar que "a proporcionalidade nas eleições para as autarquias locais vai levantar graves problemas na posterior gestão das mesmas". Mas, queixando-se embora, os sociais-democratas lá vão cantando e rindo, rumo às eleições em que parece que acreditam que conquistarão significativa vitória.

Entre triunfalismo, votos e bombas, os trabalhadores vão vendo como é. E vão deitando contas à vida. Triunfalismo, votos e bombas, bacalhau e títulos do tesouro que, há até quem diga, conduzem este país rumo ao socialismo. Quem havia de dizer!!!

Santarém:

Trabalhadores do comércio

Os trabalhadores do comércio do distrito de Santarém, reunidos em plenário para discutir a questão da abertura ao Sábado à tarde e Domingo, aprovaram uma moção em que expressam a sua discordância quanto à abertura nestes dias, afirmando que não abdicam da semana inglesa, revelou um elemento da direcção do Sindicato do Comércio e Serviços de Santarém.

"As associações patronais andam a distribuir comunicados informando que o dia 24 de Dezembro não é feriado e os trabalhadores decidiram fazer greve nesse dia se o Governo revogar o decreto dos feriados", afirmou o mesmo dirigente sindical.

Este dirigente informou ainda que a questão do décimo terceiro mês em títulos do tesouro e

a revogação do artigo da lei sindical que previa que os patrões descontassem e entregassem as quotas sindicais foram também debatidos, mas não foram objecto de decisões, porque os trabalhadores consideram que o assunto deve ser discutido numa assembleia em que participem todos os sectores que integram o sindicato.